



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONCURSO DE ESTÁGIO – MPF/BA – 2026

GRADUAÇÃO

QUESTÃO:

Discorra, em 10 a 30 linhas, sobre o papel da Justiça Penal como meio de proteção aos direitos humanos do acusado (mediante os princípios penais e processuais penais); e também como mecanismo de proteção aos direitos das vítimas (mediante aspectos como a função preventiva da pena e a reparação civil dos efeitos do delito).

BAREMA:



7.3.3. Para efeito de avaliação será desconsiderado qualquer fragmento de texto em espaço que não o indicado para respostas da prova discursiva.

7.3.4. Serão analisados os seguintes critérios na correção das provas discursivas:

Critérios de avaliação	Conceito	Pontuação em cada questão do curso de Direito (graduação e pós-graduação)	Pontuação em cada questão do curso de Comunicação Social
Capacidade argumentativa	Clareza, objetividade, coesão e coerência na exposição das ideias.	25 (vinte e cinco)	15 (quinze)
Domínio da linguagem escrita	Acentuação, pontuação, ortografia, concordância e adequação da linguagem.	25 (vinte e cinco)	15 (quinze)
Conhecimento do tema proposto	Capacidade de responder à questão proposta com profundidade e sem fuga ao tema.	20 (vinte)	10 (dez)
Total de pontos por questão		70 (setenta)	40 (quarenta)
Quantidade de questões		1 (uma)	2 (duas)
Total de pontos da prova		70 (setenta)	80 (oitenta)
Nota mínima para aprovação na prova		35 (trinta e cinco)	40 (quarenta)

7.4. DO RESULTADO PRELIMINAR E DOS RECURSOS DA PROVA DISCURSIVA

assin e senha por CLAYTON RICARDO DE JESUS SANTOS, em 26/02/2026 13:54. Para verificar a auten

CONTEÚDO ESPERADO DA RESPOSTA:

Espera-se que a resposta trate, com coerência, correção e substância, ao menos dos seguintes aspectos:

- 1) Justiça Penal como defesa dos direitos fundamentais do acusado: necessidade de observância dos princípios penais e processuais penais, a exemplo da presunção de inocência, do princípio da legalidade, do contraditório e da ampla defesa.
- 2) Justiça Penal como defesa dos direitos fundamentais das vítimas: necessidade de um sistema que zele pela efetividade jurisdicional, pela celeridade, pelas funções preventivas da pena e pela reparação civil do ilícito.
- 3) Deverá associar esses conceitos ao tema e tratar da necessidade de equilíbrio entre ambos os vetores, para alcançar um sistema penal que combine a devida proteção aos réus com a adequada efetividade na resposta estatal.